

O contexto social e político da Educação do Campo no Norte do Espírito Santo e no Brasil

Ana Fernanda Inocente Oliveira

O presente dossiê sugere um importante marco simbólico para a história dos processos formativos da Educação do Campo no Espírito Santo, sobretudo na região norte do Estado.

A reflexão aqui proposta deve apontar a capacidade e potência recriadora das forças sociais, e de suas ações valorativas, presentes nos movimentos sempre contínuos da história, revelando a histórica construção dos seus sentidos.

As linhas desta *Apresentação*, também as dos artigos que se seguem, expressam-se enquanto um esforço narrativo que busca conferir sentido às ações, aos fenômenos e à realidade social. São interlocutores na construção narrativa do presente texto – como não poderiam deixar de ser – pesquisadores como José de Souza Martins, Mônica Castagna Molina, Roseli Salete Caldart, Paolo Nosella, Gaudêncio Frigotto, Antônio Munarim, Miguel Gonzalez Arroyo, e outros tantos que estão, ainda que indiretamente, aqui representados.

O sentido da Educação do Campo e de suas políticas deve, antes de tudo, revelar o “porquê” da expressão “do campo”. Isso significa traçar uma trajetória de lutas e compreensões em torno das inquietações que vinculam seus sujeitos em movimento. Mas, jamais poderia deixar de significar, também, suas contradições e, sobretudo, demonstrar que – embora em diferentes espaços – existe vínculo e vinculação “*entre-lutas*”.

Pensar a construção das lutas de seus sujeitos, e seus significados semânticos eleitos nos diferentes tempos, permite-nos reavaliar, descobrir e conferir novos sentidos às experiências aqui tratadas. Ao ressignificar, ampliamos o fluxo da história, os sentidos do conhecimento, das compreensões e das relações sociais, efetuando também a ampliação do reconhecimento das lutas e, principalmente, das lutas por reconhecimento.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, é um exemplo, por excelência, da mobilização de sentidos que possibilita a resistência de seus sujeitos engajados. Essa capacidade de ressignificar suas lutas é o

elemento fundamental que faz com que se cumpra o real significado da expressão *movimento*. E ao expressar-se como tal, distancia-se cada vez mais da fatalidade que parece querer nos impor a força do tempo: a do apagamento histórico.

A Educação do Campo, tal como a conhecemos hoje, é uma das expressões da luta pela terra e da resistência dos povos do campo. Ela dá continuidade a um projeto de mudança na estrutura da propriedade da terra, e promove o reconhecimento do(s) modo(s) de vida de seus sujeitos, preservando suas identidades. Neste sentido, ainda, não somente a terra, mas a educação passa agora a figurar como direito social para o campo.

Outrora apontado e problematizado por diferentes autores, as demandas e conseqüentemente as lutas do campo são diferentes das demandas e lutas da cidade, de maneira que suas políticas devam ser pensadas e implementadas a partir de suas peculiaridades. O debate parece indicar a pobreza e a condição humana explorada como elementos capazes de vincular categorias de trabalhadores diferentes, no espaço do campo. O olhar às denominadas “peculiaridades” abrirá um universo de variações e variedades, devendo jamais entrar em competição.

É possível constatar - a partir das literaturas e dos documentos de políticas públicas de educação - que o termo educação do campo, bem como tal modalidade, propriamente dita, são recentes, figurando no cenário das políticas educacionais no Brasil apenas a partir dos anos 2000. O que se tinha anterior a isto era uma *Educação Rural* que não levava em consideração as especificidades e diversidades existentes no campo. A expressão Educação do Campo conquista um sentido político-pedagógico, com a finalidade de se distinguir da educação rural que até então figurava nos documentos oficiais das políticas educacionais brasileiras.

A construção de um Movimento Nacional de Educação do Campo teve por proposição a continuidade da luta pela terra e reconhecimento dos sujeitos do campo. No entanto, foi além, ampliando-se em uma luta por reconhecimento e afirmação de diferentes identidades, e de suas possibilidades de existência. Após suas articulações nos anos de 1990, através do 1º ENERA – Encontro



Nacional de Educadoras e Educadores na Reforma Agrária (1997), e da 1ª Conferência Nacional de Educação do Campo (1998), tem-se em 2002, a publicação da Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril, que definirá as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Um marco das políticas públicas de educação do campo no Brasil, que só foi possível a partir da organização de um movimento nacional.

Em seguida, no ano de 2004, é realizada a 2ª Conferência Nacional de Educação do Campo, agora com a presença do MEC, resultando na Resolução CNE/CEB nº 2 de 28 de abril de 2008, que publicará as diretrizes complementares para a educação do campo. Pode-se dizer que é neste momento que passamos a definir os sentidos da Educação do Campo e a identificar os seus sujeitos nos documentos de políticas públicas de educação, no Brasil.

Começa-se um processo semântico e político de superação de uma educação rural para os povos do campo, representado pela superação dos princípios do chamado “ruralismo pedagógico” - modelo pedagógico pensado e destinado ao meio rural, no contexto, especialmente, da primeira metade do século XX, que privilegia uma educação urbanocêntrica em detrimento a uma educação que contemple os processos culturais dos modos de vida das identidades do campo. É ainda, segundo RAMAL (2016), uma força política e ideológica, do início do século XX, que atribui à chamada escola rural a responsabilidade de conter a população rural no campo subjugada ao mandonismo do sistema coronelista fazendo permanecer, até próximo ao final do século, uma visão pejorativa do campo e do sujeito do campo.

A educação do campo prevê a superação da hierarquia dos centros urbanos sobre os povos do campo, bem como de sua segregação, isolamento, marginalização e alijamento. Rompe com uma perspectiva colonizadora da produção e sistematização do conhecimento e dos saberes. Propõe a apropriação do significado e da direção educativa, visibilidade e centralidade nas diferentes identidades do campo, a partir de sua forma de produção e modo de vida e, por consequência, a sua emancipação.



Ainda na primeira década dos anos 2000, celebra-se a conquista da previsão legal de uma metodologia que viabilize o atendimento educacional, respeitando as formas de organização produtiva no campo. A Pedagogia da Alternância tornar-se-á, então, uma realidade nas escolas do campo, a princípio, e posteriormente no Ensino Superior, nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo das instituições federais em todo o Brasil.

Apresentando como referência a experiência do estado do Espírito Santo, o Parecer CNE/CEB nº 1, de 02 fevereiro de 2006 instituirá a Pedagogia da Alternância como melhor alternativa de superação do não acesso à educação, e da não permanência dos estudantes nas instituições de ensino. A alternância, mais do que viabilizar o desenvolvimento econômico e educacional no campo, irá mobilizar a atuação conjunta da família, da comunidade e da escola, junto aos processos formativos.

Em 2009, o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro instituirá a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica que assegurará a formação inicial e continuada dos profissionais da educação das escolas do campo, entre outros.

Seguindo nesta trajetória de lutas, conquistas e marcos jurídicos, em 2010 há a publicação do Decreto Presidencial de nº 7.352, que prevê – entre outras coisas - acesso à educação superior, priorizando cursos de licenciatura para a formação de professores para as escolas do campo. Esta é uma importante ação de continuidade às lutas pela educação básica do campo, sobretudo, uma ampliação das lutas dos povos do campo.

O referido decreto cuidará em estabelecer uma política curricular, por assim dizer, apontando para uma relação dialógica entre os saberes das comunidades do campo e os saberes acadêmicos. Desta relação, espera-se a produção de conhecimento sobre o campo, no espaço da Universidade, e a sua sistematização nos conteúdos escolares presentes nos currículos e recursos didáticos das escolas do campo.

Nos anos que seguem, pudemos observar a criação de inúmeros cursos de Licenciatura em Educação do Campo em instituições de ensino superior, corroborando os princípios e lutas dos sujeitos do campo. Não obstante ao



cenário de conquistas aqui destacado, tais direitos vêm sofrendo inúmeras tentativas de desmonte, algumas com sucesso. Dada a condição dialética que compõe o fluxo da história, é importante considerar a resistência o elemento mobilizador no conflito de forças.

Cabe-nos aqui observar que, ao longo de sua trajetória de lutas, o campo vai deixando de ser um espaço em oposição aos centros urbanos, passando a se constituir, ele próprio, enquanto referência. Se no início desta apresentação destacamos uma luta por uma educação que se pretendia autônoma em relação ao modelo educacional urbanocêntrico, pode-se afirmar, ao final deste texto, que ela não se limitou a esta demanda, e se mostrou ainda mais potente. O campo não é mais sentido e pensado como um perímetro não-urbano, mas sim como espaço da possibilidade de diferentes formas de existir, que parecem se vincular, a cada dia, pelo potencial de resistência que tem se revelado, mais e mais, na luta pela não homogeneização do modo de vida.

Isto posto, resta-nos o olhar atento à leitura das páginas que se seguem ao longo deste dossiê, as quais possivelmente revelarão – *entrelinhas* ou não – novas potências e novos sentidos das lutas dos povos do campo.

São Mateus/ES

Setembro de 2020

